

20 FEV 2003

Alta da dívida anulará cortes

Juros elevados custarão, em seis meses, os mesmos R\$ 14 bilhões retirados do Orçamento

BRASÍLIA – A alta da taxa básica de juros pelo Banco Central poderá anular o efeito do corte de R\$ 14 bilhões do Orçamento, anunciado pelo governo na semana passada. Hoje, 62,4% dos títulos públicos estão atrelados à Selic. Segundo Fernando Pinto Ferreira, sócio da consultoria Global Invest, se a taxa permanecer no novo patamar de 26,5% ao ano por seis meses, o custo extra no pagamento da dívida pública seria em torno de R\$ 14 bilhões. Ou seja, exatamente a economia prevista para garantir a meta de superávit primário (receitas menos despesas, excluindo pagamento de ju-

ros) de 4,25% do Produto Interno Bruto estabelecida para este ano.

– O que o governo não enxerga é que agindo desse jeito não vai conseguir estabilizar a relação dívida/PIB. Essa história de tentar camuflar o que se paga em juros é errada. Teremos de pagar a conta um dia – ressaltou Ferreira.

No mês passado, a dívida pública em títulos aumentou 2,19% na comparação com dezembro. O débito passou de R\$ 623,19 bilhões para R\$ 636,86 bilhões, segundo o Tesouro Nacional e o BC. A elevação deveu-se ao aumento da emissão de títu-

los públicos, assim como ao pagamento de juros. Pela primeira vez desde março do ano passado, no entanto, o governo conseguiu vender mais do que resgatar. O saldo positivo chegou a R\$ 2,6 bilhões.

– Conseguimos ver uma melhora do ânimo do mercado. Como prevíamos, haveria uma maior facilidade para emitir títulos e rolar a dívida – disse o coordenador da dívida pública federal, Paulo Valle.

De acordo com o economista-chefe do LloydsTSB no Brasil, Odair Abate, esse saldo positivo

representa uma confiança maior na política econômica.

– O novo governo está dando provas de que vai honrar compromissos assumidos na campanha. Esse fato mina as resistências e suspeitas em torno da dívida – disse Abate.

Mas os números da dívida pública não ajudam. O cenário se agrava, considerando as projeções para o ano feitas pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, no mês passado. A fatia da dívida pública que vence no curto prazo, ou seja, em 12 meses, aumentou em janeiro em relação a dezembro: pulou de 38,92% para 40,24%.

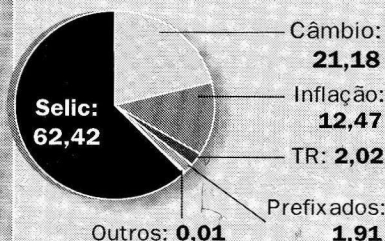
– O mercado sempre desconfia quando esse patamar sobe. Os compromissos assumidos refletem nas contas. O ideal é que consigamos rolar isso – disse Alexandre Bassoli, economista-chefe do HSBC.

Outro fato negativo é o prazo médio para o pagamento das dívidas, que caiu de 33,24 meses para 32,4 meses. O governo terá, portanto, de enfrentar desconfiças, uma vez que nos últimos dois anos as metas de alongar os prazos da dívida não foram cumpridas.

Dívida pública em títulos cresceu 2,19% em janeiro

O AVANÇO DA DÍVIDA

COMO OS TÍTULOS PÚBLICOS SÃO CORRIGIDOS (%)



VALOR TOTAL EM TÍTULOS

Em US\$ bilhões

623,19 **636,86**

Dez/02 Jan/03

PRAZO MÉDIO DA DÍVIDA

Em meses

33,24 **32,43**

Dez/02 Jan/03

PERCENTUAL DE VENCIMENTOS

Em até 12 meses

38,92% **40,24%**

Dez/02 Jan/03